



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
COMISSÃO TRIPARTITE DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO
TRABALHADOR - CTPAT**

**48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO TRIPARTITE DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO
TRABALHADOR - CTPAT**

Ata da ordem do dia 04 de dezembro de 2013.

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
COMISSÃO TRIBUTÁRIA DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO
TRABALHADOR - CTPAT

48 - RELATÓRIO ORDINÁRIO DA COMISSÃO TRIBUTÁRIA DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO
TRABALHADOR - CTPAT

Ata da ordem de dia 04 de dezembro de 2013.

BRASÍLIA - DF

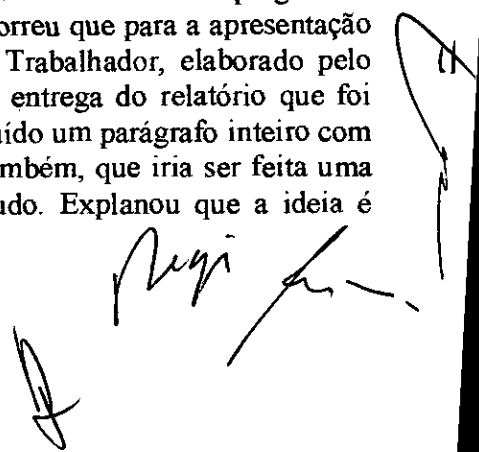
**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
COMISSÃO TRIPARTITE DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO
TRABALHADOR - CTPAT**

**ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO TRIPARTITE DO PROGRAMA DE
ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR - CTPAT**

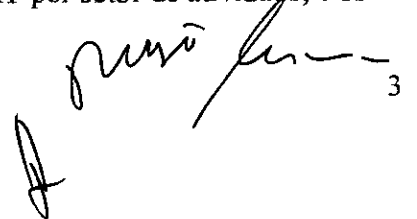
Local: Sala 111 - Edifício Anexo B do MTE - Brasília - DF

Data: 04 de Dezembro de 2013.

1 Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e treze teve início a 48ª Reunião Ordinária da
2 Comissão Tripartite do Programa de Alimentação do Trabalhador - CTPAT, sob a Coordenação do
3 Rinaldo Marinho Costa Lima - Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho -
4 DSST. Estiveram presentes os seguintes participantes: Bruna Pitasi Arguelhes - Ministério da
5 Saúde - MS; Fernando Marçal Monteiro - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e
6 Turismo - CNC; Nicolino Eugênio da Silva Júnior - Confederação Nacional das Indústrias
7 Financeiras - CNF; Jovenilson Alves de Souza - Confederação Nacional do Transporte - CNT;
8 Rafael Theberge de Viveiros - CNT; Itamar Pedroso Silva - Ministério da Fazenda - MF; Carlos
9 César Soares Batista - Ministério da Previdência - MP; Ademir Figueiredo - Diretor Técnico do
10 Departamento Intersindical - DIEESE; Adriana Gungblek - DIEESE; Regis Savietto Frati - Força
11 Sindical - FS; Valeir Ertle - Central Única dos Trabalhadores - CUT; Matilde Francelino de Sousa
12 - COPAT; Maria Flor de Lys Sousa Lopes - Coordenadora do PAT; Thaís Tozzato Gimenes de
13 Genaro - COPAT; Mário Teixeira - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTTB;
14 Luisete Moraes Bandeira - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Artur
15 Bueno de Camargo - Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST. **ABERTURA:** O Sr.
16 Rinaldo Marinho Costa Lima (DSST) iniciou a reunião cumprimentando todos os presentes e
17 justificando as ausências do Ministro Manoel Dias e do Secretário de Inspeção do Trabalho Paulo
18 Sérgio de Almeida. Explanou que já há algum tempo a Comissão entende que o Programa de
19 Alimentação do Trabalhador precisa ser modernizado para obter melhores resultados e que foi
20 construído um estudo realizado pelo DIEESE com o apoio da Bancada dos Trabalhadores e
21 Empregadores. Solicitou que todos os participantes se apresentassem. Após a apresentação dos
22 participantes, o Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima questionou se a pauta distribuída poderia ser
23 seguida ou se alguém possuía alguma sugestão de modificação. Os membros da Comissão
24 aprovaram a pauta e o Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima seguiu para a aprovação das atas da 46ª e
25 da 47ª Reunião Ordinária da CTPAT. Informou que houve pedidos de alteração na ata da reunião
26 passada, retornando, assim, com as alterações para que ela fosse aprovada e assinada. O Sr. Regis
27 Savietto Frati (FS) solicitou alteração na redação da Ata da 46ª Reunião Ordinária da CTPAT na
28 linha 190. As atas foram aprovadas e o Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima seguiu para a apresentação
29 do relatório final do estudo sobre o Programa de Alimentação do Trabalhador pelo DIEESE. O Sr.
30 Nicolino Eugênio da Silva Júnior (CNF) propôs pela Coordenação da Bancada dos Empregadores
31 uma sequência de apresentação do material que iria ser exposto. Discorreu que para a apresentação
32 do relatório final do estudo sobre o Programa de Alimentação do Trabalhador, elaborado pelo
33 DIEESE, foi realizada uma divisão de três partes. A primeira foi a entrega do relatório que foi
34 encaminhado com antecedência. Destacou que na página 129 foi excluído um parágrafo inteiro com
35 três tópicos e que tem uma folha que substitui essa página. Falou, também, que iria ser feita uma
36 apresentação pelo DIEESE destacando os principais pontos do estudo. Explanou que a ideia é



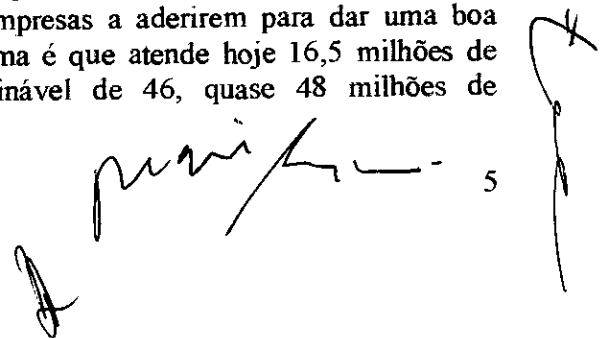
37 abordar aspectos legais que fazem parte do estudo sobre a questão tributária que a abordagem seria
38 feita pelo Sr. Eduardo Behar (RNSJ/ADI), representante do escritório contratado pelo DIEESE. E
39 que em seguida iria ser feita a alusão a três Minutas que tratam de modificações legais da questão
40 tributária. Informou que, após a fala do Sr. Eduardo Behar, seria realizado um fechamento pelas
41 duas Bancadas com uma explanação sobre a proposta. O Sr. Regis Savietto Frati concordou com as
42 colocações do Sr. Nicolino Eugênio da Silva Júnior e destacou a importância de ter o Sr. Rinaldo
43 Marinho Costa Lima retomando à coordenação dos trabalhos como Diretor de Departamento, já que
44 o PAT é um programa importantíssimo para os trabalhadores e a CTPAT tem que ter um trabalho
45 contínuo. O Sr. Nicolino Eugênio da Silva Júnior endossou suas palavras de saudação ao Sr.
46 Rinaldo Marinho Costa Lima também. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima agradeceu as palavras
47 dos Coordenadores das Bancadas. O Sr. Regis Savietto Frati ressaltou que o trabalho das duas
48 Bancadas com o DIEESE foi intenso e longo, durando dois anos. O Sr. Valeir Ertle (CUT)
49 cumprimentou a todos e concordou com a fala dos Coordenadores das Bancadas e se solidarizou
50 pela volta do Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima. Expôs que o estudo é um fato inédito importante e
51 que todos que representam os trabalhadores e toda a sociedade, Governo e Empresários, querem
52 melhorar o Programa para ter condições reais para ampliá-lo. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima
53 registrou que o fato de estar com o estudo pronto é uma realização, uma vitória. Ressaltou que é um
54 marco para a Comissão trazer uma proposta construída em conjunto pelas duas Bancadas. O Sr.
55 Ademir Figueiredo (DIEESE) iniciou a apresentação cumprimentando a todos e relatando que faria
56 uma fala indicando um pouco do método do trabalho utilizado pelo DIEESE. Os trabalhos foram
57 iniciados em outubro de 2012, em que era previsto de quatro a seis meses, mas foram trabalhados
58 12 meses. Explanou que o relatório contém os resultados de um fruto de um amplo debate que
59 cobriu a literatura sobre o tema. Os elementos da literatura serviram inicialmente para formular as
60 questões que em seguida foram levadas às entrevistas realizadas com representantes de vários
61 segmentos envolvidos diretamente no PAT. Relatou que foi debatido o tema entre os membros de
62 cada Bancada (dos empregadores e trabalhadores) em oficinas inicialmente separadas. Também foi
63 realizada oficinas em conjunto, em que cada tema foi debatido ponto a ponto resultando no conjunto
64 de proposta. A Sra. Adriana Gungblek (DIEESE) cumprimentou a todos e discorreu que faria a
65 apresentação do material recebido pelas Bancadas. O Sr. Nicolino Eugênio da Silva Júnior solicitou
66 à Sra. Matilde (PAT) a disponibilização do material para todos os presentes. A Sra. Adriana
67 Gungblek relatou que o relatório está dividido em duas partes principais. A primeira parte é um
68 estudo de diagnóstico que buscou trazer dados sobre o PAT. A segunda parte reflete os resultados
69 trazidos das oficinas realizadas com as Bancadas dos Empregadores e dos Trabalhadores. Explanou
70 que um dos primeiros pontos trabalhado foi o histórico do Programa. A criação do PAT fez parte de
71 uma política mais ampla de vários programas relacionados à alimentação e desde a sua criação
72 houve uma rápida expansão, principalmente nos centros urbanos e nas grandes empresas. Nos anos
73 90 o Programa, ganhou uma maior visibilidade através de dois pontos principais: por tratar de um
74 programa e pela criação da CTPAT. O PAT foi trazido para dentro do Projeto do Fome Zero e
75 retomado com a criação da Comissão Tripartite. O Programa começou com a adesão de grandes
76 empresas e, com o tempo, empresas menores começaram a fazer parte do Programa. Discorreu que
77 o PAT prevê diversas modalidades. Nele predomina a alimentação convênio e refeição convênio,
78 pois 60% dos trabalhadores recebem o benefício do PAT através dessas duas modalidades.
79 Destacou que os beneficiários podem estar em mais do que uma modalidade e que existem,
80 também, outras modalidades de menor proporção, que são: administração de cozinha, cestas de
81 alimentos, refeições transportadas e serviço próprio. Em 2008 para 2012 essa modalidade de
82 refeição transportada teve um crescimento importante, refletindo o aumento das obras no país
83 através do PAC. Com relação à distribuição dos beneficiários do PAT por setor de atividade, o setor


3

84 de Serviços, que tem quase 35% de participação na economia em número de trabalhadores formais;
85 tem 42,5% dos seus trabalhadores inseridos no PAT, ou seja, que recebem algum tipo de benefício
86 de alimentação. No setor de Indústria Extrativo Mineral, que tem um peso muito pequeno na
87 economia, metade dos trabalhadores no setor recebe algum tipo de benefício de alimentação. A Sra.
88 Adriana Gungblek explicou que os estabelecimentos de 500 ou mais trabalhadores, (excluir a
89 vírgula marcada ao lado) empregam quase metade da mão de obra, com 46,7% de todos os vínculos
90 ativos, enquanto que os pequenos estabelecimentos, de um a nove trabalhadores, possuem apenas
91 3,1% da mão de obra. Com relação à distribuição dos trabalhadores que estão dentro do PAT, 55%
92 estão em estabelecimentos com até 99 vínculos ativos e 70% estão nos estabelecimentos com até
93 499 vínculos ativos. Relatou que foi debatido no relatório, a questão do impacto do Programa na
94 desoneração tributária. As empresas de lucro real que aderem ao PAT possuem o incentivo fiscal de
95 redução no Imposto de Renda devido, com limitação de até 4%. A desoneração fiscal do PAT é
96 apenas 2,4% da renúncia fiscal de pessoa jurídica, 0,5% do total do gasto tributário. Com relação à
97 questão da negociação coletiva, as conclusões encontradas foram que metade dos acordos coletivos
98 traz a questão da alimentação, mas são poucos os que tratam do PAT. Assim, percebeu-se que ainda
99 tem uma baixa presença do Programa no movimento sindical, talvez por um baixo conhecimento.
100 No mediador do Ministério do Trabalho foi percebido que 35% das cláusulas falam de alimentação
101 e que apenas 0,5% delas fazem referência ao PAT. O Sr. Ademir Figueiredo relatou que deve ser
102 aproveitado esse momento para trazer para dentro do próprio Ministério, discussões de
103 aperfeiçoamento dos instrumentos que dispõem na gestão do PAT. A Sra. Adriana Gungblek
104 discorreu que outro ponto discutido no estudo foi a questão da ampliação. Informou que existe cerca
105 de 25,5 milhões de trabalhadores que ainda não estão no Programa e que poderiam estar. Ressaltou
106 que o Programa pode atender qualquer trabalhador, mas a faixa prioritária refere-se aos
107 trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos. Relatou que outro ponto que o relatório traz
108 são as recomendações, quais sejam: incentivar os estabelecimentos menores a aderirem o Programa;
109 ampliar a isenção tributária no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica para as empresas de Lucro
110 Presumido e Simples; orientar adequadamente as empresas sobre o Programa, prioritariamente as de
111 menor porte; acompanhar de forma contínua, por parte dos órgãos competentes, as exigências
112 nutricionais do Programa; realizar campanhas educativas sobre a alimentação saudável; mobilizar
113 as empresas para que façam parte do PAT; orientar de forma adequada sobre negociação coletiva,
114 evitando a presença de cláusulas de alimentação que vão contra a legislação do Programa. A Sra.
115 Adriana Gungblek iniciou a segunda parte do estudo, que se refere sobre a discussão feita com as
116 Bancada dos Trabalhadores e dos Empregadores. Foram realizadas quatro oficinas (duas individuais
117 com cada Bancada e duas conjuntas com as duas Bancadas) para tentar chegar a pontos de
118 convergência sobre o Programa. Relatou que os pontos que houveram convergências entre as duas
119 Bancadas foram: importância e ampliação do PAT; adesão voluntária ao Programa; questão do
120 incentivo fiscal; natureza salarial do benefício do PAT; público prioritário; participação do
121 trabalhador no custo da alimentação; definição do valor do documento de legitimação; dosagem da
122 punição das empresas quanto a possíveis infrações; liberdade de escolha; papel do Nutricionista;
123 saúde e nutrição do trabalhador; Cesta de Alimentação e Vale Alimentação; controle do Programa.
124 Com relação às considerações finais, foi concluído que o PAT tem fundamental importância para a
125 saúde do trabalhador e que as duas Bancadas concordaram que a ampliação é fundamental, tendo
126 como ponto chave do Programa, a incorporação das empresas de Lucro Presumido e Simples na
127 Isenção Fiscal. Além do aspecto legal envolvido na ampliação do Programa, o estudo mostrou que o
128 impacto é reduzido nas contas Governamentais, gerando um impacto na atividade econômica e
129 aumento no número de estabelecimentos que preparam a refeição e o número de supermercados.
130 Sendo assim, o que o Governo deixaria de arrecadar com a incorporação das empresas de Lucro

Ademir Figueiredo

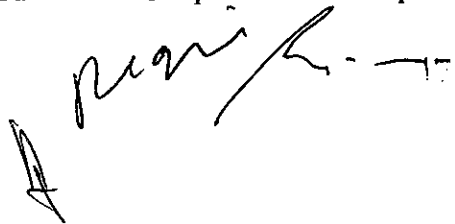
131 Simples e Presumido seria resgatado através dessa ampliação da atividade econômica. O Sr. Ademir
132 Figueiredo agradeceu pela apresentação e passou a palavra para a apresentação sobre a questão
133 tributária. O Sr. Eduardo Behar cumprimentou a todos e relatou que chegou à conclusão de que
134 umas das ferramentas para a ampliação do Programa é a extensão do incentivo fiscal às pessoas
135 jurídicas no Lucro Presumido e no Simples. Explicou que coube ao Escritório fazer a análise
136 jurídica, verificando a possibilidade dessa expansão. A análise das normas atuais mostrou que a
137 primeira limitação é a aplicação do incentivo às pessoas jurídicas no Lucro Presumido ou Arbitrado,
138 conforme Lei Federal nº 9.532/97 que trata dos benefícios fiscais. Da mesma forma a lei do
139 Simples, Lei Complementar nº 123, veda a não utilização do benefício. Outras limitações do
140 Programa dizem respeito aos valores de aplicação desses benefícios. A primeira, do ponto de vista
141 numérico, que estabelece a limitação de 4% sobre o imposto devido. A legislação inicial de 76
142 previa 5% e depois, com o advento da lei 9.532, passou a ser de 4%. A limitação infralegal atribui
143 um valor médio para a refeição fornecida no período de apuração de R\$ 1,99, representando 80% do
144 valor de R\$ 2,49, que é o valor máximo de custo considerado para uma refeição. O Sr. Eduardo
145 Behar partiu para a possibilidade de ampliação do Programa dizendo que foi verificada a legislação
146 do passado e o regulamento do Imposto de Renda de 1980, observando que não havia restrição em
147 relação às pessoas jurídicas que estão no Presumido, pelo contrário, era expressamente permitido.
148 Nesse sentido, citou o Art. 391 e seu § 1º que referem-se ao Art. 428, possibilitando dedução do
149 imposto devido a título de incentivo fiscal. E, também, o Regulamento do Imposto de Renda de 94
150 que aceitava essa possibilidade para as empresas do Lucro Presumido. Destacou que a situação
151 atual de que somente as empresas de Lucro Real podem utilizar o benefício de incentivo fiscal,
152 viola o princípio da Isonomia Tributária. Relatou que se houvesse essa ampliação, igualaria o
153 oferecimento do incentivo a todas as empresas; permitiria a extensão da melhoria das condições
154 nutricionais à classe trabalhadora e traria uma forma de contribuição para o desenvolvimento social.
155 O Sr. Eduardo Behar exemplificou com um cálculo comparando a carga tributária dos quatro
156 tributos federais principais para demonstrar que a diferença entre os regimes, não é de benefício
157 fiscal ou de incentivo fiscal, mas de facilitação de controles para o contribuinte de menor
158 capacidade de organização gerencial. Outros pontos favoráveis são a forma de cálculo dos tributos
159 nos três regimes, Real, Presumido e Simples, em que são idênticas bem como a natureza extrafiscal
160 do incentivo. Relatou que a proposta do ponto de vista legal é a de alteração da Lei 9.532 em seu
161 Art. 10, que prevê a limitação legal às empresas do Lucro Real e, também, a alteração do Art. 24 da
162 Lei Complementar nº 123, que trata das empresas no Simples. Ressaltou que existem projetos
163 relativos a essas propostas, além de outras propostas que não são do âmbito legal, mas são do
164 âmbito de norma infralegal e regulamentar. O Sr. Ademir Figueiredo explanou que através do
165 estudo, a Comissão tem caminhos possíveis para enfrentar a questão original. O Sr. Regis Savietto
166 Frati discorreu que o estudo é para mostrar ao Governo, ao Ministério da Fazenda e a Receita
167 Federal de que é possível ampliá-lo, incentivando as empresas do Lucro Presumido e Simples a
168 aderirem ao Programa, tendo como fundamento, o incentivo fiscal. Explanou que, atualmente, a
169 possibilidade de expansão do Programa para as empresas do Lucro Real é muito pequena. Discorreu
170 que seriam apresentados quatro documentos, sendo três Projetos de Lei. O primeiro que trata de um
171 Projeto de Lei da questão do Lucro Presumido, o segundo que é um Projeto que trata do Simples e o
172 outro que trata do acúmulo de incentivos fiscais, assunto consensuado entre as duas Bancadas. O
173 quarto documento trata de uma Portaria do Ministério que regulamenta o PAT no ponto de vista das
174 duas Bancadas. Relatou que o Programa tem que resgatar os princípios que foram estabelecidos em
175 sua inauguração, sendo um Programa que incentive as empresas a aderirem para dar uma boa
176 alimentação para o trabalhador. O que baliza esse Programa é que atende hoje 16,5 milhões de
177 trabalhadores e que pode atingir um universo inimaginável de 46, quase 48 milhões de

 5

178 trabalhadores. Explanou que o PAT é altamente positivo para o trabalhador, para as empresas que
179 se beneficiam de um trabalhador bem alimentado e altamente positivo para o Governo que gasta
180 menos com saúde. O Sr. Regis Savietto Frati lamentou a ausência na reunião do Secretário da SIT e
181 do Ministro do Trabalho. O Sr. Nicolino Eugênio da Silva Júnior parabenizou o DIEESE pela
182 elaboração do estudo e destacou o interesse pelas duas Bancadas nesse processo. Também fez uma
183 distinção ao trabalho do Escritório Tributarista. Com relação à apresentação do DIEESE, na questão
184 da negociação coletiva, explanou que foi verificada a existência de um caminho a ser percorrido: o
185 da educação, de formação do próprio ambiente de negociação para que observe a regulamentação
186 do PAT na própria negociação coletiva. Relatou que existe uma proposição de que o PAT esteja não
187 sob uma égide fiscalizatória/arrecadatória e punitiva, mas sob uma égide de dar às pessoas melhores
188 condições de vida. Sugeriu como melhora da questão da negociação coletiva, a adoção de uma via
189 de orientação aos Sindicatos, as Federações e as Confederações. Solicitou a presença de um
190 representante da Secretaria de Relações do Trabalho em uma próxima reunião do PAT. Explanou
191 que para que ocorra uma mobilização das empresas, que fornecem auxílio alimentação aos seus
192 trabalhadores sem inscrição no PAT, se cadastrem nele, é preciso que o Programa seja atrativo. Para
193 isso, alegou que um dos fatores de atratividade seria a simplicidade e ausência de burocracia do
194 Programa. Com relação à questão tributária, o Sr. Nicolino Eugênio da Silva Júnior, relatou que o
195 assunto foi tratado tanto na Minuta de texto de Projeto de Lei Ordinária voltado para a extensão do
196 PAT às empresas de Lucro Presumido, quanto na Minuta de texto do Projeto de Lei Complementar
197 voltado para as empresas do Simples Nacional. Fez um pedido conjunto das duas Bancadas no
198 sentido de que o Ministério da Fazenda, realize o levantamento do demonstrativo técnico da
199 renúncia fiscal envolvida tanto na proposição voltada para o Simples Nacional, quanto na
200 proposição da empresa de Lucro Presumido. Ressaltou a proposição de alteração da lei para as
201 empresas de Lucro Real, já que o incentivo que historicamente já foi de 5%, foi reduzido para 4%.
202 O Sr. Regis Savietto Frati explanou que já está sendo derrubada na justiça, pelas empresas, a
203 questão da limitação tributária do incentivo que estabelece o valor de R\$ 1,99 por refeição
204 fomecida. O Sr. Eduardo Behar destacou a existência de diversas ações Judiciais e que o Poder
205 Judiciário vem reconhecendo que essa limitação de R\$ 1,99 viola a Lei e o próprio Decreto. Falou,
206 também, das reiteradas decisões favoráveis aos contribuintes, da própria Procuradoria da Fazenda
207 Nacional que editou um ato autorizando os Procuradores a não apresentar mais recurso em ações
208 em que o contribuinte peça para derrubar esse limite e autorizando até a desistir dos recursos já
209 interpostos. O Sr. Nicolino Eugênio da Silva Júnior solicitou também que o Ministério da Fazenda
210 prepare o demonstrativo para subsidiar a tramitação desses normativos ou dessas proposições e que
211 se abstenha de continuar promulgando a instrução infralegal que limita o valor do incentivo
212 concedido às empresas. Chamou a atenção para a Minuta do texto, da Portaria Ministerial, que
213 cumpre o propósito de simplificação do Programa. O Sr. Valeir Ertle parabenizou o DIEESE pelo
214 estudo e o Escritório Tributarista pelo estudo jurídico. Relatou que faz parte do Conselho Nacional
215 da Previdência Social, representando a CUT, que esse ano terá em tomo de R\$ 41 bilhões de
216 incentivo fiscal e desoneração da folha de pagamento, sem nenhuma garantia social para os
217 trabalhadores. Destacou que a convenção coletiva de trabalho é muito difícil de trabalhar. Explanou
218 que o próprio Vale Cultura hoje tem algum incentivo para as pequenas e microempresas de Lucro
219 Real e Lucro Presumido. Concordou com a proposta de mudança da Secretaria de Inspeção do
220 Trabalho para a de Relações de Trabalho, já que é necessária uma mudança cultural muito grande,
221 onde vai ter que ser fomentada cotidianamente a questão da negociação coletiva para ampliação do
222 Programa. Informou que compreendeu que com a finalização das propostas, é importante que a
223 Bancada do Governo, dos Trabalhadores e dos Empresários peçam uma audiência com a Dilma,
224 para discussão e demonstração dessa mudança do Programa. Ressaltou que deve ser uma ação de

A *[assinatura]*


225 Governo, não adiantando preparar uma boa legislação se não for uma ação de Estado, pois, assim,
226 não será alcançado o resultado efetivo e prático e nem terá a celeridade necessária. O Sr. Rinaldo
227 Marinho Costa Lima abriu a palavra à Bancada de Governo para se manifestarem e explanou que
228 não há discordância em relação aos objetivos apresentados de ampliação do Programa, de
229 modernização do Programa e de desburocratização do Programa. Destacou três pontos. O primeiro
230 com relação ao processo administrativo para o cancelamento da inscrição das empresas, em que está
231 redigido na proposta para não permitir mais que as empresas sofram exclusão sumária pelo
232 Ministério do Trabalho e Emprego. Deixou claro que nenhuma empresa sofre exclusão sumária do
233 PAT, toda empresa para ter sua inscrição cancelada tem o processo respeitado, contraditório e com
234 ampla defesa, mas o processo possui problemas, tanto que o próprio Ministério já havia proposto
235 mudança no mesmo. O segundo destaque realizado foi em relação à fala do Sr. Regis Savietto Frati
236 sobre a origem do Programa, pois discorda que era ágil e simples, já que na década de 70 e
237 principalmente na década de 80, a Coordenação do Programa de Alimentação do Trabalhador tinha
238 uma equipe de mais de 30 pessoas e que as empresas eram obrigadas a encaminhar os seus
239 cardápios que tinham que ser aprovados pelos Técnicos do Ministério. Destacou que voltar às
240 origens não significa simplificar. O terceiro destaque foi relacionado à fala do Sr. Nicolino Eugênio
241 da Silva. Explanou que o PAT não tem a lógica punitiva colocada e muito menos arrecadatória,
242 discorreu que o que se arrecada de Fundo de Garantia ou de Contribuições Previdenciárias ou de
243 Imposto de Renda em razão da fiscalização do PAT são valores muito baixos. Explicou que em um
244 determinado momento, o Programa de Alimentação ao Trabalhador foi auditado pela Controladoria
245 Geral da União, e a Coordenação recebeu uma notificação desse Órgão de Controle para que o
246 Programa de Alimentação do Trabalhador fosse incluído no planejamento da inspeção do trabalho.
247 Assim, a partir dessa notificação, o PAT foi incluído no planejamento. O Sr. Carlos César Soares
248 Batista (MP) cumprimentou a todos e externou a satisfação pelo retorno do Sr. Rinaldo Marinho
249 Costa Lima. Parabenizou pelo alto nível técnico das discussões e pelo material produzido pelo
250 trabalho do DIEESE. Ressaltou que seria interessante apresentar ao IPEA para que fosse objeto de
251 continuidade do estudo. Solicitou autorização para levar o material para o Secretário de Relações de
252 Trabalho do Ministério do Planejamento, Sr. Sérgio Mendonça. A Sra. Bruna Pitasi Arguelhes (MS)
253 parabenizou o DIEESE pelo estudo e pontuou o item 13 que trata sobre o papel do Nutricionista ou
254 equivalente. Relatou que a Portaria Interministerial nº 66 estabelece que o responsável técnico deve
255 ser o Nutricionista, pois não existe nenhum profissional que equivale ao mesmo. Explanou que o
256 Conselho Federal de Nutrição tem uma Resolução que fala que o responsável técnico pelos serviços
257 de alimentação e nutrição é o profissional Nutricionista. Com relação à realização de campanhas
258 educativas sobre alimentação saudável, afirmou que o Ministério da Saúde tem diversos
259 instrumentos e materiais educativos em relação a esse assunto. O Sr. Itamar Pedro Silva (MF)
260 discorreu que em relação à questão do limite mínimo, realmente existe a manifestação da
261 Procuradoria, e que já chegou à Receita até por algumas empresas. Com relação ao demonstrativo
262 solicitado para o Ministério da Fazenda, informou que entende que o caminho adequado seria por
263 meio de um pedido de informação. O Sr. Nicolino Eugênio da Silva Júnior explanou que entende
264 que quem deve solicitar o demonstrativo ao Ministério da Fazenda a partir desse momento deve ser
265 a própria Comissão. O Sr. Regis Savietto Frati discorreu que fará uma proposta aditiva ao pedido do
266 demonstrativo, solicitando uma audiência com o Secretário da Receita Federal para informações. O
267 Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima disse que as propostas não se excluem e discorreu que estão com o
268 calendário de 2013 avançado e que acredita que não seja simples conseguir uma agenda com o
269 Secretário da Receita Federal do Brasil rapidamente. Relatou que o pedido pela Lei de Acesso à
270 Informação é simplificado e entende que seria a forma mais rápida de fazer a solicitação. A Sra.
271 Luisete Moraes Bandeira (MDS) também parabenizou o DIEESE pelo estudo e questionou se

 7

272 houveram outros momentos de estudos mais relacionados à qualidade da alimentação oferecida à
273 população. Com relação ao Programa atingir 16 milhões de trabalhadores, discorreu que significa
274 que é um Programa grande. Ressaltou o Programa de Alimentação Escolar, que hoje é reconhecido
275 pelo fato de ter cardápios de qualidade e, destacou a agricultura familiar como um ponto a ser
276 estudado em relação ao Programa de Alimentação ao Trabalhador. O Sr. Rinaldo Marinho Costa
277 Lima relatou que existe uma preocupação com educação alimentar e nutricional, com a garantia de
278 que a alimentação que vai ser fornecida para os trabalhadores dentro do Programa seja uma
279 alimentação de qualidade. O Sr. Fernando Marçal Monteiro (CNC) entendeu que as questões que
280 foram levantadas pela Sra. Luisete Moraes Bandeira foram sempre uma preocupação das Bancadas.
281 A Sra. Luisete Moraes Bandeira discorreu que o papel da Comissão é justamente pensar em
282 estratégias de ampliar a educação alimentar e nutricional no âmbito do Programa. O Sr. Regis
283 Savietto Frati explanou sobre a história de criação do Programa e ressaltou que o Programa nasceu
284 como um Programa voluntário, com o intuito de dividir um pouco do bolo. Relatou que condena a
285 falta de esclarecimento e a falta de campanha para divulgar o PAT. O Sr. Nicolino Eugênio da Silva
286 Júnior discorreu que semana passada esteve em uma Audiência Pública no Senado em que a
287 discussão era sobre a inclusão de uma determinada categoria profissional no quadro da NR4, que
288 estabelece a composição do SESMT nas empresas. O consenso foi sobre a liberdade que o
289 empregador poderia ter e exercitar para compor o quadro da forma mais eficiente possível. O Sr.
290 Rinaldo Marinho Costa Lima relatou que sua posição nessa Audiência Pública no Senado não pode
291 ser transplantada nessa discussão, por ser outro universo. O Sr. Nicolino Eugênio da Silva Júnior
292 questionou por que tem que ser Nutricionista e não pode ser outro profissional do mesmo ramo que
293 tenha o mesmo conhecimento. O Sr. Valeir Ertle explanou que as bancadas chegaram a debater
294 sobre a questão da inclusão dos produtos da agricultura familiar dentro do Programa, na cesta de
295 alimentos, no Vale Alimentação. Ressaltou que é um debate que pode ser retomado novamente pela
296 Comissão. Relatou que o propósito de todos, inclusive da Bancada do Governo, é aprimorar o
297 Programa. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima explanou que a divergência faz parte da Comissão e
298 seguiu para os encaminhamentos. Discorreu que a Bancada de Governo precisa se reunir e que será
299 feito um grande esforço para discutir e fazer algum posicionamento para apresentar na primeira
300 reunião de 2014. Realizou a proposta do calendário de 2014, sendo a primeira reunião no dia 12 de
301 março, a segunda no dia 11 de junho, a terceira no dia 17 de setembro e a última no dia 03 de
302 dezembro. O Sr. Regis Savietto Frati explanou que as Bancadas estão fazendo uma proposta de
303 reunião extraordinária no dia 22 ou 29 de janeiro, por entenderem que a data 12 de março está
304 longe. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima esclareceu que a Bancada do Governo tem uma série de
305 dificuldades para apresentar posições no dia 22 ou no dia 29 de janeiro. O Sr. Valeir Ertle propôs
306 que a reunião deveria ser feita no máximo em fevereiro para ter um posicionamento da Bancada de
307 Governo sobre a discussão. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima expôs que iriam ser consultados os
308 demais membros da Bancada de Governo, para marcar uma reunião em Fevereiro. Mas ressaltou
309 que pode ser que não consiga trazer um posicionamento definitivo na reunião de fevereiro em
310 relação a todos os pontos que estão sendo propostos à Bancada. Explanou que caso exista
311 pendências de decisão pelos Ministérios acerca da proposta, poderá ser solicitado o adiamento da
312 reunião. Propôs dia 19 de fevereiro para a reunião extraordinária. O Sr. Rinaldo Marinho Costa
313 Lima mudou a data de 11 de junho devido à abertura da Copa e repetiu o calendário de 2014: Dia
314 19 de Fevereiro, Reunião Extraordinária da Comissão para os debates sobre a proposta; Dia 12 de
315 Março, 49ª Reunião Ordinária; Dia 04 de Junho, 50ª Reunião Ordinária; Dia 17 de Setembro, 51ª
316 Reunião Ordinária; e Dia 03 de Dezembro, última Reunião de 2014. O Sr. Regis Savietto Frati
317 propôs que na reunião extraordinária seja privilegiada a discussão de apenas uma pauta: a
318 aprovação do conjunto de Projetos de Lei, que tratam da ampliação do PAT, para que sejam


319 encaminhados para todas as lideranças do Congresso. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima discorreu
320 que será feito um esforço para priorizar essa discussão, mas lembrou de que existem outros pontos
321 que precisam ser debatidos. **ENCERRAMENTO:** O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima agradeceu a
322 presença de todos e encerrou a reunião.

323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365



Rinaldo Marinho Costa Lima
Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho

Bruna Pitasi Arguelhes
Ministério da Saúde - MS



Fernando Marçal Monteiro
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC

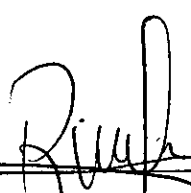
Nicolino Eugênio da Silva Júnior
Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF

Jovenilson Alves de Souza
Confederação Nacional dos Transportes - CNT

Rafael Theberge de Viveiros
Confederação Nacional do Transporte - CNT

Itamar Pedroso Silva
Ministério da Fazenda - MF

Carlos César Soares Batista
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG



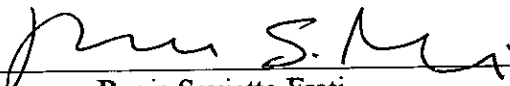
RINALDO MARINHO COSTA LIMA
CNI

366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411

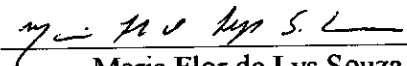
Valeir Ertle
Central Única dos Trabalhadores - CUT

Mário Teixeira
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTTB


Luisete Moraes Bandeira
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS


Regis Savietto Frati
Força Sindical - FS

Artur Bueno de Camargo
Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST


Maria Flor de Lys Souza Lopes
Coordenadora do Programa de Alimentação do Trabalhador - COPAT

Brasília,
Dezembro de 2013.